

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

INCÊNDIOS FLORESTAIS ENTRE MONDEGO E ZÊZERE NO PERÍODO DE 1975 A 1985 (*)

LUCIANO LOURENÇO

INTRODUÇÃO

As serras de xisto do Centro de Portugal são, todos os anos, uma das áreas mais afectadas por incêndios florestais, motivo porque foram escolhidas para a realização deste estudo.

Infelizmente, cedo houve necessidade de reduzir essa área confinando-a, apenas, aos concelhos situados entre os rios Mondego e Zêzere, pertencentes à Circunscrição Florestal de Coimbra (fig. 1). A carência de informações relativas aos outros concelhos das serras de xisto não permitia tratá-los em pé de igualdade com os da Circunscrição de Coimbra.

No entanto, assiste-se nos últimos anos, e é com agrado que se regista esse facto, a um esforço por parte da Circunscrição Florestal de Viseu no sentido de também nela se proceder à cartografia das áreas queimadas, em moldes semelhantes aos dos trabalhos pioneiros realizados desde 1975, pela Circunscrição Florestal de Coimbra e que permitirão, de futuro, alargar a área em estudo à inicialmente prevista.

Dos registos arquivados na Circunscrição Florestal de Coimbra (1) obtiveram-se elementos estatísticos a partir dos quais se procuram mostrar,

(*) Texto completo da Comunicação apresentada ao *1.º Congresso Florestal Nacional*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2 a 6 de Dezembro de 1986.

(1) Agradeço aos Eng.ºs Silvicultores Lino Pires e Luís Pinheiro, e aos Eng.ºs Técnicos de Produção Florestal Américo Quadros, Duarte Pessoa, Luís Soares e Nelson Gomes, da Circunscrição Florestal de Coimbra, a amabilidade com que sempre nos receberam e esclareceram, bem como as facilidades concedidas tanto na consulta como na cedência dos elementos sem os quais não seria possível levar a bom termo este trabalho.

Aos alunos dos cursos de Geografia Física I, de 1984/85 e de 1985/86 que, ao longo de muitas horas, foram fazendo a recolha de grande parte dos dados e a Fernando Coroado, que desenhou as figuras, expresso também o meu reconhecimento.

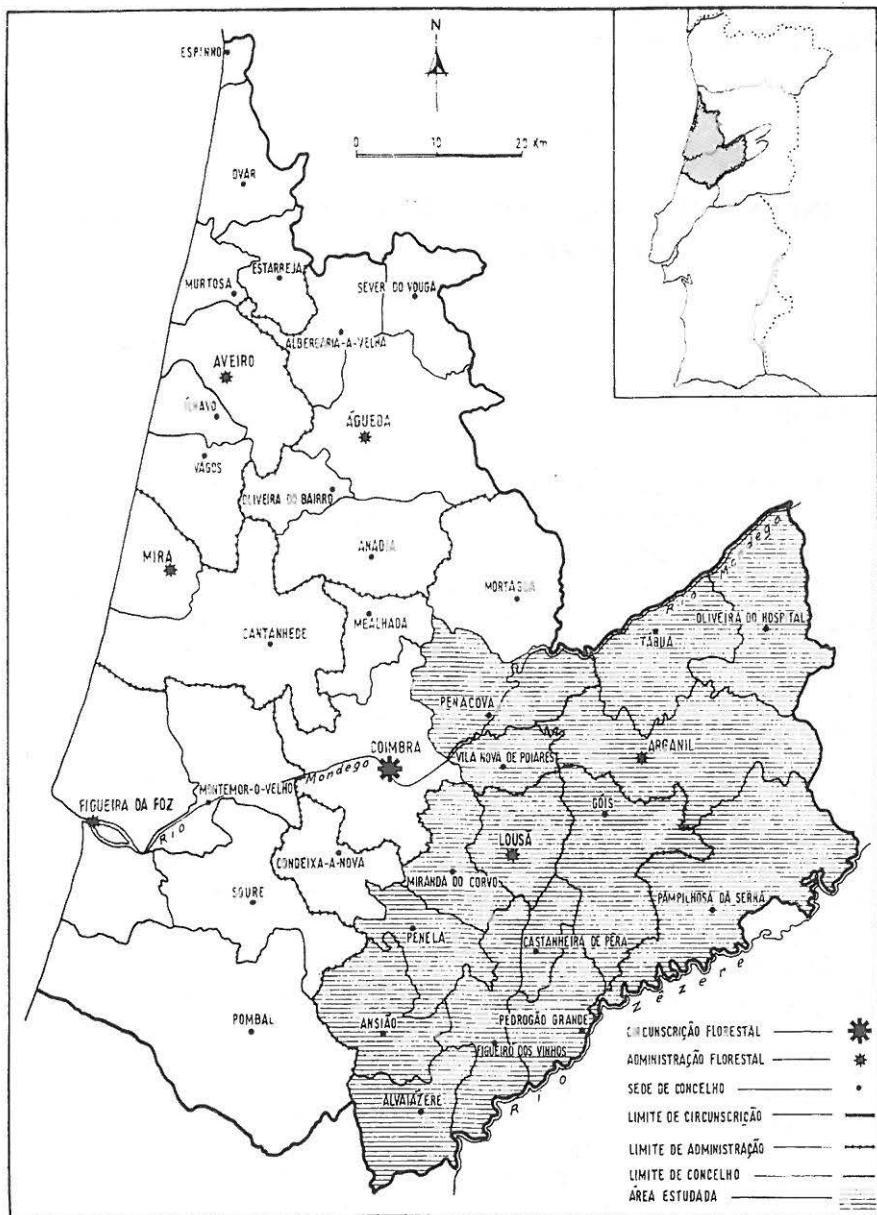


FIG. 1 — Esboço de localização.

talvez de modo mais preciso, quantitativa e graficamente, situações de todos nós conhecidas mas que, por vezes, já estão um pouco esquecidas pelo passar dos anos ou, até, um pouco deformadas pela falta de informações adequadas e correctas no momento em que decorreram.

A divulgação destes elementos é também a revelação de muitas horas de trabalho levadas a cabo por «mera carolice», no dizer dos próprios intervenientes (e as coisas não podem ser feitas só por, ou quando há, «carolice») trabalhos esses que, provavelmente, estariam condenados a ficar arrumados nas prateleiras e que são fundamentais para quem quiser abordar a temática dos incêndios florestais em Portugal.

CARTOGRAFIA DOS GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS

Uma rápida análise às áreas queimadas na Circunscrição Florestal de Coimbra (Quadro I) mostra claramente os concelhos do litoral como os menos afectados e, simultaneamente, os do interior, das serras de xisto, como os mais devastados (fig. 2).

Esta realidade acentua-se ainda mais quando se relacionam as áreas ardidas com as áreas reais dos concelhos (fig. 3) e torna-se verdadeiramente surpreendente quando se comparam aquelas com as áreas florestais concelhias (fig. 4).

Os acentuados contrastes entre os concelhos do litoral e os concelhos do interior seriam ainda mais marcados se, em vez de se trabalhar com superfícies projectadas, se considerassem as áreas reais. É evidente que com áreas verdadeiras todos estes valores seriam ainda mais exacerbados pois as florestas ocupam, de modo geral, as vertentes onde os declives são mais acentuados e onde, por conseguinte, as áreas projectadas são menores, ficando reduzidas a metade ou valores ainda inferiores sempre que os declives alcançam ou ultrapassam 60.º.

A ausência de incêndios com áreas queimadas > 10 ha, na generalidade dos concelhos litorais, bem como o número elevado de incêndios com áreas > 10 ha, nas serras de xisto, é explicável por um conjunto de factores físicos e humanos, aparentemente conhecidos, mas que importa definir com precisão. Nas circunstâncias actuais é extremamente difícil fazê-lo com rigor, nomeadamente no que respeita a algumas variáveis climáticas: temperatura, humidade relativa, precipitação, rumo e velocidade do vento, pois estas não se podem limitar a uma única estação, muitas vezes situada longe dos incêndios e, sobretudo, sujeita a condições muito localizadas que se afastam das condições gerais da região que serve.

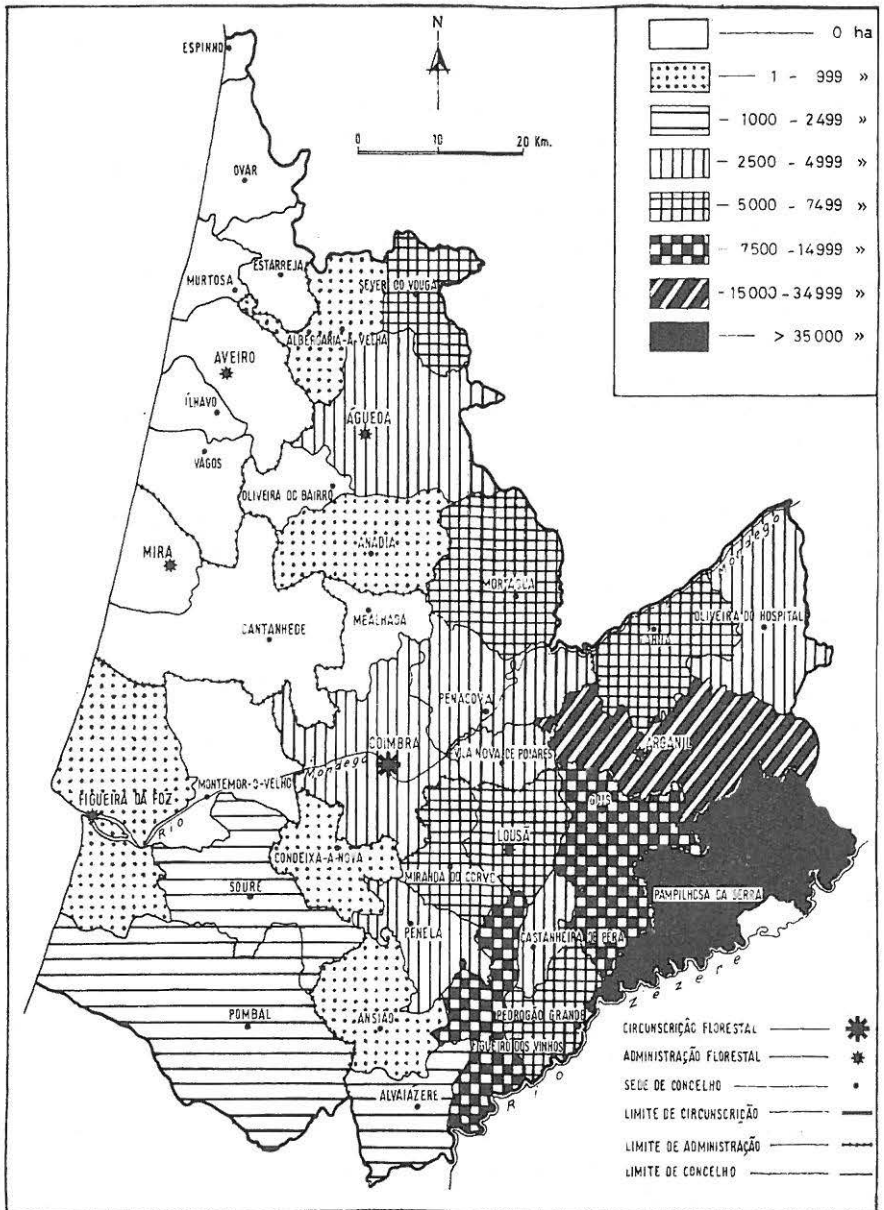


FIG. 2 — Áreas ardidas na Circunscrição Florestal de Coimbra.

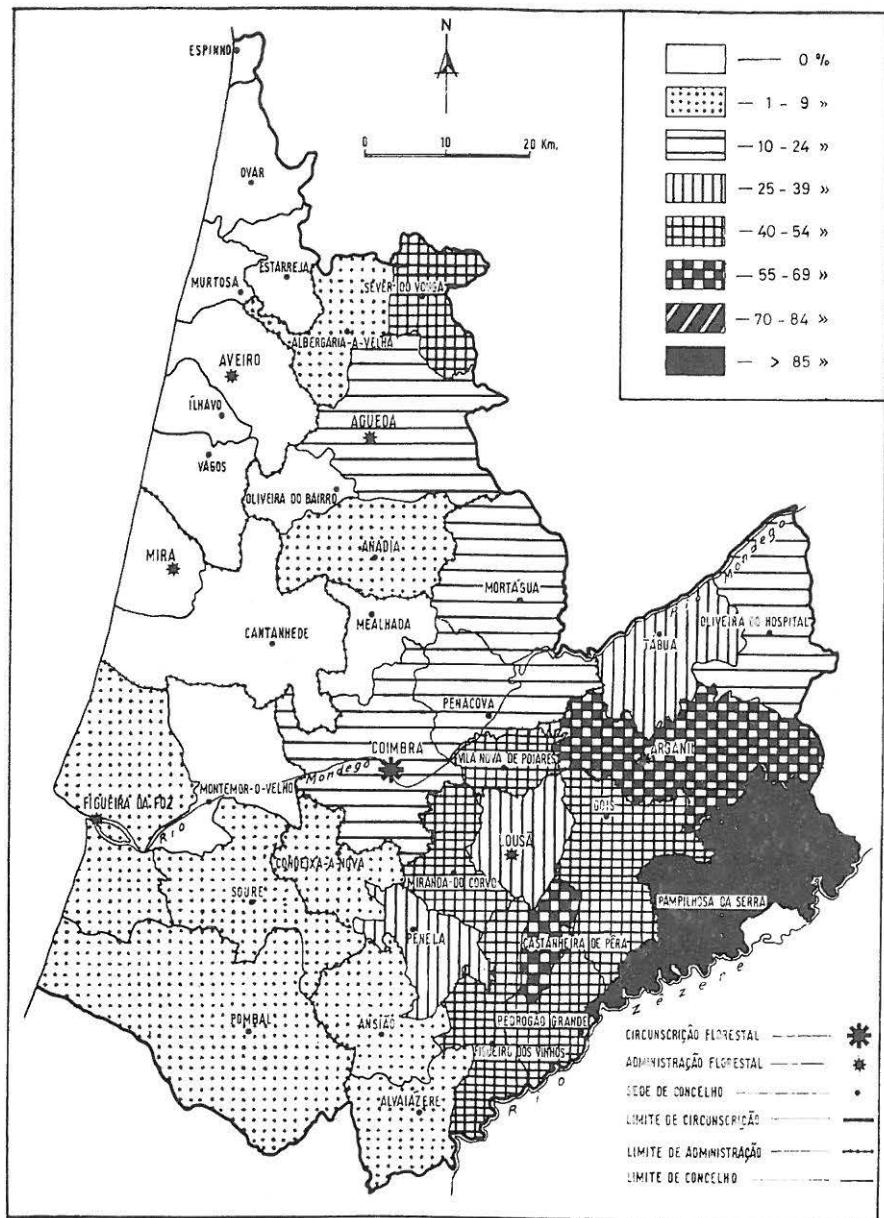


Fig. 3 — Percentagem das áreas ardidas relativamente às áreas totais dos concelhos.

QUADRO I — Elementos estatísticos dos concelhos da Circunscrição Florestal de Coimbra

DISTRITO	CONCELHO	área total (ha)	área arbo- rizada (ha)	taxa de arbo- rização	ÁREA ARDIDA (1975-85)		
					(ha)	% à área total	% à área arb.
AVEIRO	Águeda	33 350	18 009	54,0	4 553	13,65	25,28
	Albergaria-a-Velha	15 506	9 055	58,4	493	3,18	5,45
	Anadia	21 713	11 074	51,0	614	2,83	5,55
	Aveiro	18 240	4 159	22,8	—	—	—
	Espinho	2 142	651	30,4	—	—	—
	Estarreja	10 643	2 980	28,0	—	—	—
	Ilhavo	6 836	1 477	21,6	—	—	—
	Mealhada	11 114	4 712	42,4	—	—	—
	Murtosa	5 804	1 149	19,8	—	—	—
	Oliveira do Bairro	8 728	2 645	30,3	—	—	—
	Ovar	14 636	7 259	49,6	—	—	—
	Sever do Vouga	12 985	7 337	56,5	5 270	40,59	71,82
Vagos	16 515	7 151	43,3	—	—	—	
COIMBRA	Arganil	32 775	14 681	44,8	19 187	58,54	130,69
	Cantanhede	39 275	21 003	53,5	—	—	—
	Coimbra	31 683	10 409	32,6	3 860	12,18	37,08
	Condeixa-a-Nova	14 116	4 841	34,3	663	4,70	13,70
	Figueira da Foz	37 943	17 769	46,8	890	2,35	5,00
	Góis	26 372	12 971	49,2	13 831	52,45	106,63
	Lousã	13 916	7 489	53,8	5 377	38,64	71,80
	Mira	12 201	8 110	66,3	—	—	—
	Miranda do Corvo	12 698	7 212	56,6	6 848	53,93	94,95
	Montemor-o-Velho	22 862	7 465	32,6	—	—	—
	Oliveira do Hospital	23 893	12 943	54,2	4 967	20,79	38,38
	Pampilhosa da Serra	39 649	19 598	49,4	35 284	88,99	180,04
	Penacova	21 769	13 582	62,4	4 432	20,36	32,63
	Penela	13 249	5 136	38,8	3 932	29,68	76,56
Soure	26 391	10 739	40,7	2 133	8,08	19,86	
Tábua	19 975	10 201	51,1	7 131	35,70	69,81	
Vila Nova de Poiares	8 382	4 547	54,2	4 373	52,17	96,17	
LEIRIA	Alvaiázere	16 000	4 432	27,7	1 424	8,90	32,13
	Ansião	17 998	3 798	21,1	341	1,89	8,98
	Castanheira de Pêra	6 686	3 029	45,3	4 647	69,50	153,42
	Figueiró dos Vinhos	17 195	8 305	48,3	7 610	44,26	91,63
	Pedrógão Grande	12 859	8 320	64,7	6 868	53,41	82,55
	Pombal	62 636	28 750	45,9	860	2,97	6,50
UISEU	Mortágua	24 859	13 523	54,4	5 318	21,39	39,33

Fonte: Circunscrição Florestal de Coimbra.

Neste domínio é urgente a instalação de estações climatológicas nas serras de xisto, onde são praticamente inexistentes, e sem as quais é impossível conhecer com precisão as situações locais favoráveis à ocorrência dos incêndios florestais. A partir dos valores obtidos nessas estações seria possível estabelecer alertas à população em geral e aos serviços de detecção e combate aos incêndios, em particular, consoante os índices de perigo de incêndio que viessem a ser definidos.

Mas há muito mais para ser feito, até se obter o controlo sobre os grandes incêndios, uma vez que não é possível evitar o aparecimento dos pequenos focos. Os serviços oficiais conhecem as medidas que devem ser tomadas nesse sentido. Esperemos que este Congresso também sirva para apressar a sua entrada em vigor de modo a que, nos próximos anos, se reduzam drasticamente as áreas devoradas pelas chamas.

ESTATÍSTICAS DOS GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS

Retomando a análise e centrando-a nos 15 concelhos entre Mondego e Zêzere, verifica-se que são, de modo geral, os concelhos mais próximos do litoral e os situados junto do rio Mondego aqueles que apresentam áreas ardidas menos significativas. Em contrapartida, constata-se que estas aumentam à medida que nos aproximamos do Zêzere, ou seja, logo que nos embrenhamos nas serras de xisto.

O concelho de Pampilhosa da Serra ocupa sempre, destacado, o 1.º lugar. A área ardida, no período de 1975 a 1985, é superior a 35 000 ha, alcançando 90% da superfície do concelho e 180% da área florestal (figs. 2, 3, 4, 5 e Quadro I), o que significa que, durante este período, a superfície dita florestal ardeu, quase toda, duas vezes. Na realidade alguns locais até já foram queimados por mais vezes.

Perante esta situação, num pequeno parenteses, poderia perguntar-se porque é que isto sucede? Poderia, inclusivamente, ir-se mais longe, procurando saber-se até que ponto e até quando é que esta situação se vai arrastar? Poderia analisar-se o que é que já foi feito para evitar que a floresta existente continue a ser pasto das chamas? Poderiam colocar-se, ainda, muitas outras questões e, infelizmente, para a maioria delas, a resposta seria unânime: Muito pouco ou nada se fez do que deveria ser efectivamente feito. Todos conhecemos as dificuldades económicas do país, mas elas, só por si, não são suficientes para explicarem e muito menos para justificarem os incêndios florestais, seriam até um contrasenso. E que pensar das consequências geográficas dos incêndios florestais tanto nos seus aspectos físicos (hidro-

lógicos, geomorfológicos, climáticos e biogeográficos), como nos seus aspectos económicos, sociais e humanos?

Regressando aos valores percentuais, o concelho de Castanheira de Pêra, atendendo à exiguidade da sua área, surge em 2.º lugar, com mais de 150% da sua superfície florestal dizimada nestes onze anos. Aparecem, depois os concelhos situados a Norte da Pampilhosa da Serra, Arganil e

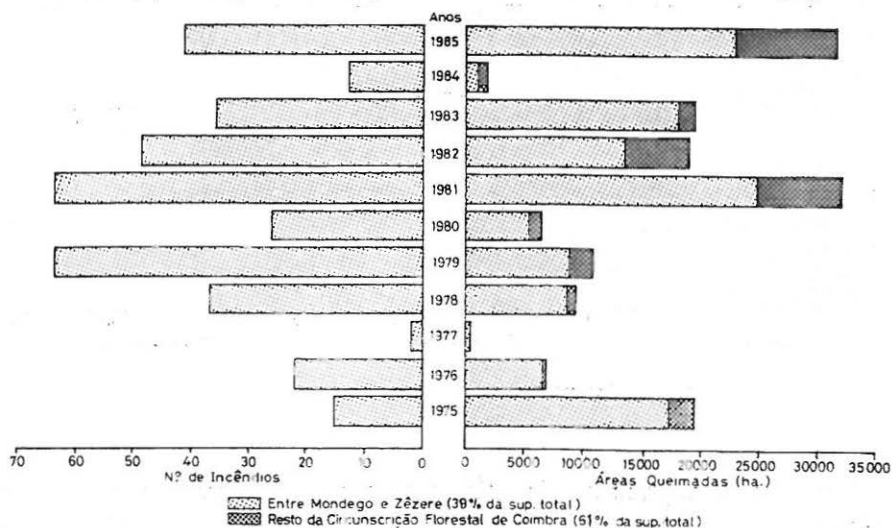


FIG. 5 — Áreas ardidas, entre Mondego e Zêzere, no período de 1975-85.

Góis, com mais de 100% da área florestal queimada. Seguem-se-lhes os concelhos ocidentais de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares com mais de 80% da superfície florestal ardida. O concelho da Lousã, com pouco mais de 70%, fica envolvido por aqueles concelhos. Como as características são semelhantes, esta redução no valor das áreas queimadas dever-se-á, certamente, à existência do Centro de Detecção e Combate a Incêndios Florestais, instalado no aeródromo da Lousã, cuja proximidade fará atenuar esse valor.

Os concelhos que apresentam os valores mais baixos são, evidentemente, aqueles que marginam as serras, ou seja, aqueles em que apenas parte da sua área se desenvolve nas serras de xisto. A ocidente, os concelhos de Alvaizere, Ansião e Penela fazem a transição para as serras calcárias, enquanto que os concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua e Penacova, este desenvolvendo-se, em parte, a Noroeste do Mondego, fecham a Norte a área em estudo.

Relativamente à distribuição dos incêndios florestais > 10 ha, entre o Mondego e o Zêzere, no período 1975-85, verifica-se uma grande irregularidade (fig. 6). Por um lado, o ano de 1977, devido à ocorrência de precipitação durante o Verão, registou apenas dois incêndios. Por outro lado, os anos de 1979 e 1981, com 64 cada, detêm o maior número de fogos.

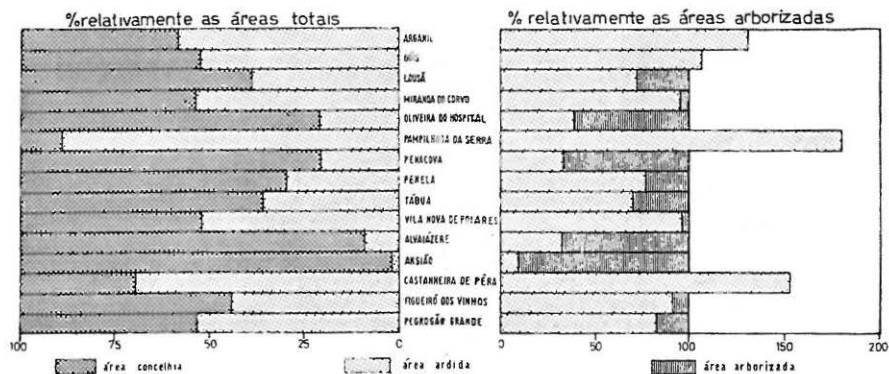


FIG. 6 ---Incêndios Florestais > 10 ha (1975-85).

Entre esta disparidade de valores surgem numerosas situações intermédias que primam pela irregularidade. Assim, os anos de 1984 e 1975, com 13 e 15 incêndios, respectivamente, podem associar-se aos anos de 1976 e de 1980, com 22 e 26 cada, constituindo um grupo intermédio com um número baixo de incêndios florestais por ano. O outro grupo intermédio, com um número relativamente elevado de fogos florestais/ano, é composto pelos anos de 1983, 1978, 1985 e 1982, com 36, 37, 42 e 48 incêndios/ano, respectivamente.

Na relação do número de incêndios > 10 ha com as áreas ardidas verifica-se uma não menor discrepância de valores (fig. 6). A título meramente comparativo apresentam-se, também, as áreas queimadas na Circunscrição Florestal de Coimbra, que permitem ressaltar, mais uma vez, a importância da área escolhida como área-amostra crítica do ponto de vista de incêndios florestais.

CONCLUSÃO

Se, efectivamente, aos anos com menos incêndios florestais correspondem, logicamente, as menores áreas ardidas, já o mesmo não acontece com os anos de maior número de incêndios. Se ao ano de 1981, com o maior número de incêndios, corresponde a maior área ardida, já o mesmo não sucede no ano de 1979, com o mesmo número de incêndios que 1981 mas com uma área queimada muitíssimo inferior (cerca de menos 1/3). Em 1985, a área queimada aproxima-se da área ardida em 1981, mas com um menor número de incêndios, o que dá uma maior área ardida por incêndio.

Perante tamanha diversidade anual, parece pouco correcto tentar estabelecer médias para o período em estudo pois careceriam de qualquer ligação com a realidade que se pretende ilustrar. O certo seria, sem dúvida, e com este apelo se termina, a eliminação das causas que continuam a proporcionar tão grande diversidade de situações, pois, logo que estas fossem atenuadas, a disparidade seria grandemente reduzida e, então, poder-se-ia falar em valores médios, já que os desvios à média passariam a ser pouco significativos.